

TERMO DE COOPERAÇÃO CIDADANIA

TERMO DE COOPERAÇÃO PARA GESTÃO DE CASAMENTOS QUE FAZEM ENTRE SI DE UM LADO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ – ALEPA e do outro ASSOCIAÇÃO DE REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS DO PARÁ – ARPEN-PA E ANOREG/PA.

Por este instrumento particular de contrato, e na melhor forma de direito, as partes, de um lado **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ – ALEPA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede no Palácio Cabanagem - Rua do Aveiro, 130 - Praça Dom Pedro II, Cidade Velha – CEP: 66.020-070, Belém-PA, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.018.544/0001-02, através de seu Presidente **Deputado Estadual FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA MELO FILHO**, brasileiro, portador do CPF n.º 185.932.672-20, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada **PACTUANTE** e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO DE REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS DO PARÁ – ARPEN-PA**, com sede na Avenida Assis de Vasconcelos, 359 - de 449/450, Campina – CEP: 66017-070, Belém-PA, inscrita no CNPJ n.º 29.763.502/0001-56, neste ato representada por sua VicePresidente, **NELCY MARANHÃO CAMPOS**, CPF n.º 041.129.462-87, RG n.º 010783-0 SEGUP/AM, brasileira, casada, tabeliã registradora, com endereço sito à Rua Senador Lemos, n.º 266, bairro Centro, Castanhal-PA, CEP: 68.740-010, doravante denominada **PACTUANTE**, e a **ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO ESTADO DO PARÁ/PA – ANOREG/PA**, com sede na Travessa Timbó, n.º 1598, bairro Pedreira, Belém-PA, CEP: 66.087.531, devidamente representada por seu Vice Presidente, **FLÁVIO HELENO PEREIRA DE SOUSA**, CPF n.º 625.343.272-91, RG n.º 3378831 PC-PA, brasileiro, casado, tabelião registrador, doravante denominada **INTERVENIENTE**, resolvem celebrar entre si o presente Convênio de prestação de serviço, nos termos do art. 29, § 3º, da Lei 6.015/73, bem como pela Lei n.º 8.666/93 e suas respectivas alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª – DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Cooperação tem por fundamento jurídico o art. 116, da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes e os preceitos de Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA 2ª – DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação Administrativo tem por objeto a gestão de casamentos comunitários que atenderão toda a população do Estado do Pará, os quais serão realizados pelos Cartórios de Registro Civil de todas as cidades e distritos do

Estado do Pará, conforme demanda e cronograma pré-definidos pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

CLÁUSULA 3ª – DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1- A PACTUANTE a partir da assinatura do presente Convênio fica autorizada a realizar contratação com os Titulares de Registro Civil do Estado do Pará, mediante contrato vinculado e sujeito às regras do presente Convênio;

3.2- Os Titulares de Registro Civil que tenham interesse na realização do presente contrato de prestação dos serviços serão considerados CONVENIADOS ADERENTES ao presente Convênio e obrigatoriamente estarão obrigados a observância de todas as suas cláusulas.

CLÁUSULA 4ª – DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

4.1 - O local (município) de realização do Casamento Comunitário será de livre escolha da PACTUANTE, conforme sua conveniência, demanda e oportunidade, de acordo com o artigo 67 e seguintes da Lei 6015/73;

4.2 - Em havendo interesse concomitante por parte de titular de serventia pertencente à sede da comarca e distrito, este fará os casamentos de todos os habilitados que residam no distrito;

4.3 - Caso somente um titular manifeste interesse em realizar o casamento comunitário, a este será oportunizada a adesão/contratação, independentemente se titular de registro civil da sede da comarca ou de distrito;

CLÁUSULA 5ª – DO VALOR E DO PAGAMENTO

5.1- O valor unitário por casamento será aquele constante no CÓDIGO DO ATO 004, ITEM I, da TABELA I - ATOS DOS OFÍCIOS DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DEINTERDIÇÕES E TUTELAS, acrescido o valor do selo, anexa a Lei Estadual n.º 8.331/2015, conforme suas atualizações anuais realizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

CLÁUSULA 6ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato serão pagas com recursos próprios(01101 – Assembleia Legislativa do Estado do Pará – 01.122.1496.8552 – Operacionalização das Ações Administrativas – 30.00.00 – Despesas Correntes – 33.00.00 – outras Despesas Correntes – 33.90.00 – Aplicação Direta – 33.90.39 – O.S.T.P.J.).

CLÁUSULA 7ª – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA PACTUANTE

Pelo presente ajuste administrativo a PACTUANTE se obriga a cumprir todas as disposições do presente convênio, e ainda:

a) A prestar os esclarecimentos e informações ao ADERENTE/CONTRATANTE necessárias ao bom cumprimento do objeto do presente convênio, tais como local de

realização da cerimônia, pessoas responsáveis pela organização da cerimônia, horário de realização da cerimônia etc.;

b) Informar ao ADERENTE/CONTRATANTE no prazo de até 10 dias após a realização do contrato a relação de todos os noivos beneficiários dos casamentos comunitários (nome, CPF e RG);

c) Orientar os noivos beneficiários que compareçam dentro do prazo previsto ao cartório do qual é titular do ADERENTE/CONTRATANTE a fim de que possam apresentar toda documentação necessária a realização do casamento;

d) Receber e atestar o recibo correspondente ao ADERENTE/CONTRATANTE, por intermédio do setor competente;

e) Efetuar os pagamentos ao ADERENTE/CONTRATANTE, à vista do recibo, devidamente atestado pelo setor competente, no prazo de até 10 dias após a realização do casamento comunitário;

f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela ADERENTE/CONTRATANTE.

CLÁUSULA 8ª – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

Pelo presente ajuste administrativo a PACTUANTE se obriga a cumprir todas as disposições do presente convênio, e ainda:

a) Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato de realização de casamento comunitário por parte do ADERENTE/CONTRATANTE;

b) Prestar à Administração os esclarecimentos que julgar necessários para boa execução deste Convênio e dos contratos;

c) Cumprir fiel e integralmente o presente CONVÊNIO celebrado entre as partes.

CLÁUSULA 9ª – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DO ADERENTE/CONTRATADO

Pelo presente ajuste administrativo o ADERENTE/CONTRATADO se obriga a cumprir todas as disposições do presente convênio, e ainda:

a) Não subcontratar outro Cartório para realizar o objeto deste contrato;

b) Assumir a responsabilidade por todos os encargos fiscais, comerciais, previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o órgão Contratante;

c) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais, previdenciários e outros decorrentes da prestação dos serviços;

d) Encaminhar para pagamento recibo discriminado o objeto, quantidade e valor a ser pago;

e) Manter durante todo o período de vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições, habilitações e qualificações previstas na inexigibilidade;

f) Entregar documentos de habilitação que comprovem a regularidade da habilitação jurídica, fiscal e trabalhista para que seja realizado o pagamento;

g) Realizar o casamento na forma, no local e no prazo previsto no contrato.

CLÁUSULA 10ª – DAS PENALIDADES E SANÇÕES E DA RESCISÃO DO CONVÊNIO

10.1- Pela inexecução total e parcial do objeto deste contrato, a Administração garantirá a prévia defesa, aplicar ao ADERENTE/CONTRATANTE as seguintes sanções:

a) Advertência, por escrito, no caso de pequenas falhas e/ou irregularidade;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial;

c) O descumprimento das demais obrigações estabelecidas no contrato sujeitará à CONTRATADA a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por ocorrência de fato, sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial.

10.2- Ficará impedida de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio do contraditório e da ampla defesa, enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ao contratado que:

a) Enseja o retardamento da execução do objeto deste contrato;

b) Não mantiver a proposta, injustificadamente;

c) Comporta-se de modo inidôneo;

d) Falhar ou fraudar na execução do Contrato.

10.3- Comprovar impedimento ou reconhecida força maior devidamente justificada e aceita pela administração, estará isento o ADERENTE/CONTRATADO das penalidades mencionadas.

10.4- A critério da Administração o valor da(s) multa(s) poderá ser descontado dos valores a serem pagos ao ADERENTE/CONTRATADO.

10.5- Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao ADERENTE/CONTRATADO o contraditório e a ampla defesa.

10.6- A rescisão do presente TERMO DE COOPERAÇÃO poderá ser feita:

a) Pela inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93;

- b) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração. Nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/98;
- c) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo de inexigibilidade, desde que haja conveniência para a Administração;
- d) Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA 11ª – DAS DESPESAS EXTRA-VALOR

Além do valor deste contrato a CONVENIENTE não arcará com nenhuma despesa extra.

CLÁUSULA 12ª – DO FORO

Às partes elegem o Foro da Comarca de Belém, capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente contrato, com renúncia de qualquer outro Foro, por mais privilegiado que venha a ser.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, podendo ser tiradas tantas quantas cópias necessárias forem para sua fiel execução.

Belém, 10 de dezembro de 2021.

Francisco Melo (convênio)
FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA MELO FILHO
Presidente da ALEPA
Conveniente

Nelcy Maranhão Campos
NELCY MARANHÃO CAMPOS
Vice-presidente da ARPEN-PA
CONVENIADA

Flávio Heleno Pereira de Sousa
FLÁVIO HELENO PEREIRA DE SOUSA
Vice-Presidente da ANOREG-PA
INTERVENIENTE

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____
2. _____ CPF: _____